

Demonstrações Contábeis Regulatórias

ETEP - Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

31 de dezembro de 2019
com Relatório do Auditor Independente

ETEP - Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2019

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias	1
Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado	6
Demonstração do resultado abrangente	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias.....	10

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos

Acionistas e Diretores da

ETEP - Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da ETEP - Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio da Resolução Normativa no 605, de 11 de março de 2014.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a companhia a cumprir determinação da ANEEL. Conseqüentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim.

Outros assuntos

Demonstrações contábeis societárias

A Companhia Transmissora de Energia Elétrica preparou um conjunto de demonstrações contábeis separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, sem modificação, com data de 12 de março de 2020.

Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações contábeis regulatórias da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório, em 26 de abril de 2019, com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis regulatórias.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com o MCSE, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e, da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 12 de junho de 2020.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6



Rita de C. S. Freitas
Contadora CRC-1SP214160/O-5

ETEP - Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	31/12/2019	31/12/2018
Ativo			
<u>Ativo Circulante</u>			
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	3.384	10.567
Investimentos Temporários	4	1.154	-
Concessionárias e Permissionárias	5	5.235	5.376
Serviços em Curso		1.669	1.187
Tributos Compensáveis		1.413	1.382
Outros Ativos Circulantes		211	205
<u>Ativo Não Circulante</u>			
Concessionárias e Permissionárias	5	990	980
Tributos Compensáveis		14	14
Depósitos Judiciais e Cauções		39	39
Outros Ativos Não Circulantes		1.285	766
Participações Societárias Permanentes		67.690	73.064
Imobilizado	6.1	92.379	96.524
Intangível	6.2	363	495
Total do Ativo		175.826	190.599

	Nota	31/12/2019	31/12/2018
Passivo			
<u>Passivo Circulante</u>			
Fornecedores		990	754
Debêntures	7.1	23.236	22.860
Obrigações Sociais e Trabalhistas		539	601
Tributos		4.013	4.314
Dividendos Declarados e Juros Sobre Capital Próprio		16.788	-
Encargos Setoriais		2.812	2.284
Outros Passivos Circulantes		1.094	1.226
<u>Passivo Não Circulante</u>			
Debêntures	7.1	27.478	50.576
Provisão para Litígios	8	7	-
Tributos Diferidos		826	824
Outros Passivos Não Circulantes		1.050	902
Total do Passivo		78.833	84.341
Patrimônio Líquido			
Capital Social	9.1	120.555	116.130
Reservas de Lucros	9.2	120.479	122.313
Proposta de Distribuição de Dividendos Adicionais	9.2	50.364	23.652
Dividendos Societários Distribuídos	9.2	(194.405)	(155.837)
Total do Patrimônio Líquido		96.993	106.258
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		175.826	190.599

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

ETEP - Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	31/12/2019	31/12/2018
Operações			
Receita / Ingresso			
Disponibilização do Sistema de Transmissão		52.828	53.666
Tributos			
PIS-PASEP		(343)	(350)
Cofins		(1.584)	(1.616)
Encargos - Parcela "A"			
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(488)	(486)
Reserva Global de Reversão - RGR		(1.374)	(1.395)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE		(211)	(215)
Receita Líquida / Ingresso Líquido	10	48.828	49.604
Resultado Antes dos Custos Gerenciáveis		48.828	49.604
Custos Gerenciáveis - Parcela "B"			
Pessoal e Administradores	11	(3.310)	(3.999)
Material		(202)	(120)
Serviços de Terceiros		(2.572)	(2.475)
Arrendamento e Aluguéis		(2.993)	(2.804)
Seguros		(11)	(13)
Doações, Contribuições e Subvenções		(90)	(282)
Provisões		(7)	-
Tributos		(148)	(79)
Depreciação e Amortização		(4.372)	(4.378)
Resultado da Atividade		35.123	35.454
Equivalência Patrimonial		8.626	6.123
Resultado Financeiro			
Despesas Financeiras		(4.629)	(4.362)
Receitas Financeiras		541	519
Resultado Antes dos Impostos Sobre o Lucro		39.661	37.734
Despesa com Impostos sobre o Lucro	12	(3.486)	(2.378)
Lucro Líquido do Exercício		36.175	35.356

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

ETEP - Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

	31/12/2019	31/12/2018
Resultado do Exercício	36.175	35.356
Outros Resultados Abrangentes	-	-
Total de Resultados Abrangentes do Exercício, Líquidos de Impostos	<u>36.175</u>	<u>35.356</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

ETEP - Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

	Capital Social	Reservas legal	Reservas Especial para Incentivos Fiscais	Reservas de Retenção de Lucro	Proposta de distribuição de dividendos Adicionais	Dividendos Societários Distribuídos	Lucros Acumulados	Total
Saldo em 31 de Dezembro de 2017	111.482	22.296	4.648	21.564	8.525	(60.534)	-	107.981
Aumento de Capital	4.648	-	(4.648)	-	-	-	-	-
Adoção de Novas Normas Societário	-	-	-	-	-	-	73.098	73.098
Constituição de Reserva de Lucro Societário	-	-	-	73.098	-	-	(73.098)	-
Dividendos Adicionais Aprovados	-	-	-	-	8.525	-	-	(8.525)
Lucro Líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	35.356	35.356
Destinação Proposta à A.G.O.:								-
Reserva Legal	-	930	-	-	-	-	(930)	-
Incentivos Fiscais	-	-	4.425	-	-	-	(4.425)	-
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	(10.692)	(10.692)
Dividendos Intermediários	-	-	-	-	-	-	(17.861)	(17.861)
Dividendos Adicionais Propostos	-	-	-	-	23.652	(95.303)	(1.448)	(73.099)
Saldo em 31 de Dezembro de 2018	116.130	23.226	4.425	94.662	23.652	(155.837)	-	106.258
Aumento de Capital Social	4.425	-	(4.425)	-	-	-	-	-
Dividendos Adicionais Propostos	-	-	-	-	(23.652)	-	-	(23.652)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	36.177	36.177
Destinação Proposta à A.G.O.:								-
Reserva Legal	-	885	-	-	-	-	(885)	-
Incentivos Fiscais	-	-	6.707	-	-	-	(6.707)	-
Dividendos Mínimos Obrigatórios	-	-	-	-	-	-	(16.789)	(16.789)
Dividendos Adicionais Propostos	-	-	-	-	50.364	-	(50.364)	-
Pagamento de Dividendos sobre Lucros Retidos	-	-	-	(5.001)	-	-	-	(5.001)
Dividendos Societários Distribuídos	-	-	-	-	-	(38.568)	38.568	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2019	120.555	24.111	6.707	89.661	50.364	(194.405)	-	96.993

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

ETEP - Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

	31/12/2019	31/12/2018
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado do Exercício	36.175	35.356
Despesas (Receitas) que não afetam Caixa e Equivalentes de Caixa		
Amortização	138	170
Depreciação	4.234	4.208
Equivalência Patrimonial	(8.626)	(6.123)
Imposto de Renda e Contribuição Social	3.486	2.378
Juros e Variações Monetárias	4.522	4.144
Contingências	7	
Outros	(3)	
	39.933	40.171
Redução (Aumento) de Ativos		
Concessionários e Permissionárias	130	(328)
Depósitos Judiciais e Cauções	-	(9)
Tributos Compensáveis	(251)	-
Outros	(1.007)	(98)
	(1.128)	(435)
Aumento (Redução) de Passivos		
Encargos Setoriais	502	(982)
Fornecedores	236	55
Obrigações Sociais e Trabalhistas	(62)	100
Tributos Compensáveis	(1.640)	558
Outros	(153)	(1.437)
	(1.117)	(1.706)
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Encargos de Dívidas Pagos	(4.378)	(4.078)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(1.926)	(7.185)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	31.384	26.767
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aportes / Aumento de Capital em Controladas	-	(45.000)
Investimentos temporários	(1.154)	
Imobilizado	(90)	(268)
Intangível	(6)	(14)
Proventos Recebidos	13.999	31.101
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	12.749	(14.181)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Debêntures Obtidas	-	44.674
Debêntures Pagas	(22.664)	(16.236)
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos Pagos	(28.652)	(37.078)
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(51.316)	(8.640)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(7.183)	3.946
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
No início do exercício	10.567	6.621
No fim do exercício	3.384	10.567

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

ETEP - Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

1. Setor Elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

De acordo com os contratos de concessão de transmissão, a Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. (a “Companhia” ou “ETEP”) está autorizada a cobrar a TUST - tarifas de uso do sistema de transmissão. As tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas - RAP das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

A Companhia possui o direito de explorar, diretamente o seguinte contrato de concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica:

Contrato de concessão							Redução de 50% da RAP a partir do 16º ano de operação
Concessionária	Participação	Número	Prazo (anos)	Vigência até	RAP n	índice de correção	
ETEP	-	043/2001	30	2031	55.143	IGP-M	Sim
ESDE (*)	100%	025/2009	30	2039	14.098	IPCA	Não

(*) A RAP ou Receita Anual Permitida da concessionária é definida pelo Poder Concedente e corrigida anualmente, para períodos definidos como ciclos, que compreendem os meses de julho a junho do ano posterior, por meio de Resoluções Homologatórias emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). A RAP informada está conforme Resolução Homologatória ANEEL nº 2.565/2019. A RAP da ESDE, acrescida de PIS e COFINS, conforme definido contratualmente é de R\$14.649.

Empresas	Investimento	Equivalência patrimonial	Participação da Outorgada (em %)
ESDE - Empresa Santos Dumont de Energia S.A.	67.690	8.626	100
	<u>67.690</u>	<u>8.626</u>	

Em 22 de agosto de 2002, entrou em operação comercial as citadas linhas de transmissão e as respectivas subestações.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

O pagamento do uso da transmissão aplica-se também à geração da Itaipu Binacional. Entretanto, devido às características legais dessa usina, os encargos correspondentes são assumidos pelas concessionárias de distribuição detentoras das respectivas quotas-partes da potência da usina.

ETEP - Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

2. Base de preparação e apresentação das Demonstrações Contábeis Regulatórias

As demonstrações contábeis para fins regulatórios foram preparadas pela administração com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL por meio da resolução normativa nº 605 de 11 de março de 2014.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para Demonstrações Contábeis. As Demonstrações contábeis para fins regulatórios são separadas das demonstrações contábeis estatutárias societárias da Companhia. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções contábeis para fins regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa e apresentar diferenças de valores pela aplicação diferenciada de algumas normas contábeis societárias e regulatórias. Estas diferenças constam na nota explicativa nº 14, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas demonstrações contábeis preparadas de acordo com estas práticas

As demonstrações contábeis regulatórias foram autorizadas para emissão pela Administração em 12 de junho de 2020.

2.1. Base de preparação e apresentação

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo, quando requeridos pelas normas contábeis

2.2. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas e estão apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

ETEP - Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

2.3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações contábeis regulatórias exige que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos que afetam a aplicação de políticas contábeis e determinam os valores registrados. A liquidação das transações que envolveu estas estimativas pode divergir significativamente dos valores registrados nas demonstrações contábeis.

A preparação das demonstrações contábeis exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

Essas Demonstrações Contábeis são separadas das Demonstrações Contábeis Estatutárias Societárias da Companhia. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As diferenças estão demonstradas na nota explicativa nº 14, para melhor entendimento do leitor.

3. Sumário das Principais Práticas Contábeis Regulatórias

As práticas contábeis utilizadas são as mesmas adotadas nas Demonstrações Contábeis Societárias apresentadas na nota explicativa 3, exceto quanto ao que se estabelece abaixo:

3.1. Ativos financeiros

Ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias: ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial.

ETEP - Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

Os ativos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados pelo valor justo por meio de resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os ativos financeiros classificados nesta categoria estão relacionados aos Equivalentes de caixa e Investimentos temporários.

São classificados como empréstimos e recebíveis os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os ativos financeiros da Companhia classificados nesta categoria, compreendiam o Caixa e Concessionárias e Permissionárias.

3.2. Imobilizado e Intangível

Imobilizado em serviço: Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescidos do valor de reavaliação, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

Imobilizado em curso: Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

Intangível: Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

Ágio na aquisição de investimentos: O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da Companhia adquirida, sendo registrado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*, quando for o caso. Está sujeito a amortização linear pelo prazo remanescente da concessão.

ETEP - Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3.3. Passivos financeiros

Os passivos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos não conversíveis, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado, sendo posteriormente mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Fornecedores, empréstimos e financiamentos são classificados como outros passivos financeiros, com a mensuração subsequente ao custo amortizado

3.4. Instrumentos financeiros - Apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial somente se houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.5. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como mais provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável.

3.5.1 Provisões para contingências

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas nos processos ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa e ajusta suas estimativas e premissas anualmente.

3.6. Tributação

3.6.1. Impostos sobre a receita

As receitas da Companhia estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Programa de Integração Social (PIS) - 0,65%

Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - 3,00%

ETEP - Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3.6.2. Imposto de renda e contribuição social

Correntes

O Imposto de renda e a Contribuição social da Companhia são calculados pelo regime de lucro real.

Diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre os valores contábeis de passivos para fins de demonstrações contábeis e os usados para fins de tributação. As mudanças dos passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Impostos diferidos passivos são mensurados à alíquota que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas alíquotas (e lei tributária) vigentes na data do balanço.

3.7. Reconhecimento da receita

A receita inclui somente os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia.

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. Desta forma a receita é reconhecida mediante a disponibilização do sistema de transmissão.

3.7.1. Receita anual permitida (RAP)

A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função de sua realização, com base nos valores estabelecidos no Contrato de Concessão e Resoluções Homologatórias da ANEEL.

3.7.2. Receita de juros

A receita de juros decorrente de aplicações financeiras é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido.

ETEP - Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3.8. Dividendos

Os dividendos propostos a serem pagos é fundamentado em obrigações estatutárias são registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Companhia estabelece que, conforme previsto em lei, no mínimo 25% do lucro anual seja distribuído a título de dividendos. Adicionalmente compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de dividendos intermediários e/ou juros sobre capital próprio.

3.9. Taxas regulamentares

Reserva Global de Reversão (RGR): Encargo do setor elétrico pago mensalmente pelas empresas concessionárias de energia elétrica, com a finalidade de prover recursos para reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Seu valor anual equivale a 2,5% dos investimentos efetuados pela concessionária em ativos vinculados à prestação do serviço de eletricidade, limitado a 3,0% de sua receita anual.

Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) – Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE): São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as transmissoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida para aplicação nesses programas.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa e Investimentos Temporários

INSTITUIÇÃO / LINHA DEVEDORA	2019		2018	
	Principal Curto Prazo	Saldo Total	Principal Curto Prazo	Saldo Total
Caixa e Aplicações Financeiras	4.538	4.538	10.567	10.567
Caixa e Equivalentes de Caixa	3.384	3.384	10.567	10.567
Investimentos Temporários	1.154	1.154	-	-

ETEP - Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

5. Concessionárias e Permissionárias

5.1. Composição das Contas a Receber

DESCRIÇÃO	CORRENTE A VENCER	CORRENTE VENCIDA				TOTAL 2019	TOTAL 2018
	Até 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias		
Encargos de Uso da Rede Elétrica	5.187	40	2	6	990	6.225	6.356
TOTAL	5.187	40	2	6	990	6.225	6.356

Circulante 5.235 5.376
Não Circulante 990 980

Os clientes vencidos a mais de 360 dias são monitorados pela Companhia e até o momento não houve a conclusão de que devemos constituir uma provisão para perdas nesse caso.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, nenhuma provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída, em decorrência da não apresentação de histórico de perdas e/ou expectativas de perdas nas contas a receber, a avaliação e monitoramento do risco de crédito e que as mesmas são garantidas por meio do Operador Nacional do Sistema (ONS).

ETEP - Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

6. Imobilizado e Intangível

6.1. A composição do imobilizado é como segue:

Ativo Imobilizado em Serviço	Valor Bruto em 31/12/2018	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Outros (D)	Valor Bruto em 31/12/2019	Adições Líquidas = (A)+(B)+(C)+(D)	Depreciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2019	Valor Líquido em 31/12/2018
Transmissão	151.226	-	(3)	101	-	151.324	98	(67.621)	83.703	87.831
Máquinas e Equipamentos	150.934	-	(3)	101	-	151.032	98	(67.399)	83.633	87.731
Veículos	285	-	-	-	-	285	-	(216)	69	99
Móveis e Utensílios	7	-	-	-	-	7	-	(6)	1	1
Administração	137	-	(8)	6	-	135	(2)	(127)	8	9
Máquinas e Equipamentos	116	-	(8)	6	-	114	(2)	(113)	1	-
Móveis e Utensílios	21	-	-	-	-	21	-	(14)	7	9
Subtotal	151.363	-	(11)	107	-	151.459	96	(67.748)	83.711	87.840
Ativo Imobilizado em Curso	Valor Bruto em 31/12/2018	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Outros (D)	Valor Bruto em 31/12/2019	Adições Líquidas = (A)+(B)+(C)+(D)	Depreciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2019	Valor Líquido em 31/12/2018
Transmissão	8.630	84	-	(101)	17	8.630	-	-	8.630	8.630
Máquinas e Equipamentos	1.162	75	-	(87)	25	1.175	13	-	1.175	1.162
Outros	7.468	9	-	(14)	(8)	7.455	(13)	-	7.455	7.468
Administração	54	6	-	(6)	(16)	38	(16)	-	38	54
Máquinas e Equipamentos	21	6	-	(6)	(16)	5	(16)	-	5	21
Outros	33	-	-	-	-	33	-	-	33	33
Subtotal	8.684	90	-	(107)	1	8.668	(16)	-	8.668	8.684
Total do Ativo Imobilizado	160.047	90	(11)	-	1	160.127	80	(67.748)	92.379	96.524

ETEP - Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

6.2. A composição do intangível é como segue:

Intangível	Valor Bruto em 31/12/2018	Adições (A)	Valor Bruto em 31/12/2019	Adições Líquidas = (A)	Amortização Acum.	Valor Líquido em 31/12/2019	Valor Líquido em 31/12/2018
Ativo Intangível em Serviço							
Transmissão	943	-	943	-	(680)	263	294
Servidões	199	-	199	-	-	199	199
Softwares	165	-	165	-	(101)	64	96
Outros	579	-	579	-	(579)	-	(1)
Administração	707	-	707	-	(702)	5	112
Softwares	538	-	538	-	(535)	3	109
Outros	169	-	169	-	(167)	2	3
Subtotal	1.650	-	1.650	-	(1.382)	268	406
Ativo Intangível em Curso							
Transmissão	84	4	88	4	-	88	84
Servidões	59	-	59	-	-	59	59
Softwares	25	4	29	4	-	29	25
Administração	5	2	7	2	-	7	5
Softwares	5	-	5	-	-	5	5
Outros	-	2	2	2	-	2	-
Subtotal	89	6	95	6	-	95	89
Total do Ativo Intangível	1.739	6	1.745	6	(1.382)	363	495

ETEP - Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

6.3. As taxas médias anuais de depreciação da Companhia são conforme segue:

Ativo Imobilizado	Taxas anuais médias de depreciação (%)	2019			2018
		Valor Bruto	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Transmissão	15,97%	151.324	(67.621)	83.703	87.831
Custo Histórico	15,97%	151.324	(67.621)	83.703	87.831
Administração	15,85%	135	(127)	8	9
Custo Histórico	15,85%	135	(127)	8	9
		151.459	(67.748)	83.711	87.840
Em curso					
Transmissão	-	8.630	-	8.630	8.630
Administração	-	38	-	38	54
		8.668	-	8.668	8.684
		160.127	(67.748)	92.379	96.524

ETEP - Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

6.4. A composição das adições do exercício, por tipo de gastos capitalizados, é como segue:

Adições do Ativo Imobilizado em Curso	Material / Equipamentos		Total
Máquinas e Equipamentos	81	-	81
A Ratear	-	9	9
Total das Adições	81	9	90

6.5. As principais taxas anuais de depreciação por macroatividade, de acordo com a Resolução ANEEL nº. 674 de 2015 são as seguintes:

	Taxas anuais de depreciação (%)
Transmissão	
Condutor do sistema	2,70
Equipamento geral	6,25
Estrutura do sistema	2,70
Religadores	4,00

ETEP - Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº. 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

6.6. As principais adições (pelo critério de valor) ao imobilizado em serviço no exercício foram:

Descrição do bem	em R\$ mil
1. MICROCOMPUTADOR DELL OPTIPLEX 3020, SISTEMA OPERACIONAL WINDOWS 8.1 PRO	3
2. MICROCOMPUTADOR DELL VOSTRO 3540, SISTEMA OPERACIONAL WINDOWS 8.1 PRO 64BIT	3
3. UM CONCENTRADOR DE MEDIÇÃO SONCRONOFASORIAL	85
4. MICROCOMPUTADOR DELL VOSTRO 3470, MOUSE E TECLADO	16

ETEP - Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

6.7. Baixas do imobilizado em serviço no exercício foram:

Descrição do bem	em R\$ mil
1 MICRO-COMPUTADOR	11

7. Debêntures

7.1. Abertura do Endividamento

2019									
INSTITUIÇÃO / LINHA CREDORA	Juros de	Principal	Principal +	Saldo	Adimplente?	Data Captação / Repactuação	Tipo de Garantia	Indexador ou Juros	Spread % a.a.
	Curto Prazo	Curto Prazo	Juros LP	Total					
Debêntures Simples Banco Itaú S.A. - 2º Emissão	89	12.174	-	12.263	Sim	jul/14	Não há	CDI	109,75%
Debêntures Simples Banco Bradesco S.A. - 3º Emissão	22	10.951	27.478	38.451	Sim	jun/18	Não há	CDI	112,00%
Total por Dívida	111	23.125	27.478	50.714					

INSTITUIÇÃO / LINHA CREDORA	Data Próximo Pgto Juros	Frequência Pgto Juros	Data Próxima Amortização	Vencimento Final	Frequência de Amortiz.	Sistemática Amortização	Cronograma de Amortização de Principal e Juros de Longo Prazo			
							2021	2022	2023	Total
Debêntures Simples Banco Itaú S.A. - 2º Emissão	06/02/2020	Trimestral	06/02/2020	07/08/2020	Trimestral	SAC	-	-	-	-
Debêntures Simples Banco Bradesco S.A. - 3º Emissão	26/01/2020	Mensal	06/01/2020	26/06/2023	Mensal	SAC	10.974	10.997	5.507	27.478
Total por Dívida							10.974	10.997	5.507	27.478

ETEP - Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

2018									
INSTITUIÇÃO / LINHA CREDORA	Juros de	Principal	Principal +	Saldo	Adimplente?	Data Captação / Repactuação	Tipo de Garantia	Indexador ou Juros	Spread % a.a.
	Curto Prazo	Curto Prazo	Juros LP	Total					
Debêntures Simples Banco Itaú S.A. - 2º Emissão	278	16.224	12174	28.676	Sim	jul/14	Não há	CDI	109,75%
Debêntures Simples Banco Bradesco S.A. - 3º Emissão	37	6.321	38.402	44.760	Sim	jun/18	Não há	CDI	112,00%
Total por Dívida	315	22.545	50.576	73.436					

INSTITUIÇÃO / LINHA CREDORA	Data Próximo Pcto Juros	Frequência Pcto Juros	Data Próxima Amortização	Vencimento Final	Frequência de Amortiz.	Sistemática Amortização	Cronograma de Amortização de Principal e Juros de Longo Prazo				
							2020	2021	2022	2023	Total
Debêntures Simples Banco Itaú S.A. - 2º Emissão	07/02/2019	Trimestral	07/02/2019	07/08/2020	Trimestral	SAC	12.174	0	0	0	12.174
Debêntures Simples Banco Bradesco S.A. - 3º Emissão	28/01/2019	Mensal	06/01/2020	26/06/2023	Mensal	SAC	10.938	10.965	10.992	5.507	38.402
Total por Dívida							23.112	10.965	10.992	5.507	50.576

As cláusulas restritivas das debêntures simples da ETEP estão relacionadas ao limite da dívida líquida, que em 31 de dezembro de 2019, atualizado pelo IGP-M, era de R\$165.721 para a 2ª emissão de debêntures. O custo de captação é amortizado pelo prazo das debêntures

As cláusulas restritivas das debêntures simples da ETEP estão relacionadas ao limite da dívida líquida, que em 31 de dezembro de 2019, atualizado pelo IGP-M, era de R\$192.544 para a 3ª emissão de debêntures. O custo de captação é amortizado pelo prazo das debêntures

A Administração da ETEP mantém o acompanhamento de todas essas obrigações definidas em contrato. Em 31 de dezembro de 2019, todas as obrigações especificadas nos contratos foram cumpridas.

ETEP - Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

7.2. Abertura dos Ativos Financeiros

INSTITUIÇÃO / LINHA DEVEDORA	2019		2018	
	Principal E juros	Saldo Total	Principal E juros	Saldo Total
Caixa e Aplicações Financeiras	4.538	4.538	10.567	10.567
Caixa e Equivalentes de Caixa	3.384	3.384	10.567	10.567
Investimentos temporários	1.154	1.154	-	-

7.3. Composição do Endividamento e Dívida Líquida

RESUMO	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal Longo Prazo	Total 2019	Total 2018
(+) Dívida Bruta	111	23.125	27.478	50.714	73.436
Debentures. Moeda Nacional	111	23.125	27.478	50.714	73.436
(-) Ativos Financeiros	-	(4.538)	-	(4.538)	(10.567)
Alta Liquidez	-	(3.384)	-	(3.384)	(10.567)
Demais Aplicações Financeiras	-	(1.154)	-	(1.154)	-
(+) Dívida Líquida	111	18.587	27.478	46.176	62.869

8. Provisões para Litígios

R\$ Mil	Trabalhistas	Total
Saldos em 31/12/2018	-	-
Constituição	7	7
Saldos em 31/12/2019	7	7
Circulante	-	-
Não Circulante	7	7

Individualmente a companhia possui 3 causas de natureza trabalhista com perda classificada como "provável" no montante de R\$7.

Adicionalmente, com base no parecer dos advogados externos e internos, a companhia, não possui demandas judiciais ou administrativas com probabilidade de perda classificada como possível em 2019 e 2018.

ETEP - Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

9. Patrimônio Líquido

9.1. Capital Social

O capital social integralizado até 31 de dezembro de 2019 é de R\$120.555 (R\$116.130 em 31 de dezembro de 2018), representado por 27.000.000 ações ordinárias e por 18.000.010 ações preferenciais em 31 de dezembro de 2019 e 2018, sem valor nominal.

Acionistas	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
ALUPAR Investimento S.A.	13.505	50,02	9.002	50,01	22.507	50,02
Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.	13.495	49,98	8.998	49,99	22.493	49,98
	27.000	100,00	18.000	100,00	45.000	100,00

9.2. Reservas de lucros

	31/12/2019	31/12/2018
Reserva legal	24.111	23.226
Reserva especial para incentivos fiscais	6.707	4.425
Reserva de retenção de lucros	89.661	94.662
Proposta de distribuição de dividendos adicionais	50.364	23.652
Dividendos societários distribuídos	(194.405)	(155.837)
	(23.562)	(9.872)

Reserva legal: A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social.

Reserva de incentivo fiscal: em atendimento à Lei nº 11.638/07 e CPC nº 07, o valor correspondente ao incentivo SUDAM (Decreto nº 4.212/2002) apurado na vigência da Lei foi contabilizado no resultado do exercício, e posteriormente será transferido para reserva de lucro devendo somente ser utilizado para aumento de capital social ou para eventual absorção de prejuízos contábeis conforme previsto no artigo 545 do Regulamento do Imposto de Renda. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 a ETEP constituiu reserva de incentivo fiscal no valor de R\$ 6.707 (R\$ 4.426 em 2018).

ETEP - Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

10.Receita Operacional Bruta e Líquida

Receita Líquida	R\$ Mil	
	31/12/2019	31/12/2018
Uso da Rede Elétrica de Transmissão Faturado	53.039	53.800
(-) Parcela Variável	(211)	(134)
Programa de Integração Social - PIS	(343)	(350)
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	(1.584)	(1.616)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(488)	(486)
Reserva Global de Reversão - RGR	(1.374)	(1.395)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE	(211)	(215)
Total	48.828	49.604

Reajuste Tarifário Anual

A Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, através da Resolução homologatória n. 2.565, de 25 de junho de 2019, aprovou o reajuste tarifário da Companhia, em vigor a partir de 1º de julho de 2019, cujo impacto tarifário médio percebido pelos consumidores foi um acréscimo de 7,66%.

Segundo o Contrato de Concessão, a Companhia passa por processos de Revisão Tarifária a cada cinco anos. A última Revisão Tarifária da Companhia ocorreu em 1 de julho de 2016 e a próxima será em 1 de julho de 2020.

ETEP - Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

11. Pessoal e Administradores

Pessoal e Administradores	31/12/2019	31/12/2018
Pessoal	2.607	3.244
Remuneração	1.425	1.597
Encargos	503	551
Previdência privada	34	16
Assistência médica	150	178
Despesas rescisórias	22	262
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	283	473
Outros	190	167
Administradores	703	755
Honorários e encargos (Diretoria e Conselho)	476	577
Benefícios dos administradores	227	178
Total	3.310	3.999

ETEP - Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

12.Reconciliação das taxas efetivas e nominais da provisão para o imposto de renda e contribuição

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	39.661	37.734
Juros sobre Capital Próprio	-	(10.692)
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social calculados à alíquota nominal	13.485	9.194
Efeitos fiscais sobre:		
Equivalência Patrimonial	(2.933)	(2.082)
Incentivos fiscais	(6.707)	(4.426)
Despesas e Provisões Indedutíveis	(497)	625
Depreciação e amortização	1.440	(1.488)
Receitas Societárias	(9.590)	(5.237)
Materiais	69	(77)
Constituição de passivo (ativo) tributário diferido	8.295	6.195
Lei Rouanet/ Esporte/ FIA	(31)	(243)
Outros	(24)	(24)
Ajuste de Exercícios Anteriores	(21)	(59)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	<u>3.486</u>	<u>2.378</u>
Taxa efetiva	8,79%	6,30%

13. Demonstrações do Resultado do Exercício segregado por atividade

A Companhia é administrada como única operação, ou seja, que gera um único fluxo de caixa independente, uma vez que suas receitas operacionais decorrem substancialmente da atividade de transmissão de energia elétrica. Sendo assim, a Administração da Companhia não utiliza informações segregadas por atividade para analisar seu desempenho operacional e financeiro.

14. Conciliação do Balanço Patrimonial Regulatório e Societário

Para fins estatutários, a Companhia seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

ETEP - Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

	31/12/2019			31/12/2018		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Ativo						
<u>Ativo Circulante</u>						
Caixa e Equivalentes de Caixa	3.384	-	3.384	10.567	-	10.567
Investimentos Temporários	1.154	-	1.154	-	-	-
Concessionárias e Permissionárias	5.235	-	5.235	5.376	-	5.376
Serviços em Curso	1.669	-	1.669	1.187	-	1.187
Ativo Contratual da concessão	-	40.206	40.206	-	41.505	41.505
Tributos Compensáveis	1.413	-	1.413	1.382	(1)	1.381
Outros Ativos Circulantes	211	-	211	205	-	205
<u>Ativo Não Circulante</u>						
Concessionárias e Permissionárias	990	-	990	980	-	980
Tributos Compensáveis	14	-	14	14	-	14
Depósitos Judiciais e Cauções	39	-	39	39	-	39
Ativo Contratual da concessão	-	260.089	260.089	-	220.690	220.690
Outros Ativos Não Circulantes	1.285	-	1.285	766	1.863	2.629
Participações Societárias						
Permanentes	67.690	54.922	122.612	73.064	43.401	116.465
Imobilizado	92.379	(75.578)	16.801	96.524	(96.461)	63
Intangível	363	(350)	13	495	(379)	116
			-			
Total do Ativo	175.826	279.289	455.115	190.599	210.618	401.217

ETEP - Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

	31/12/2019			31/12/2018		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Passivo						
<u>Passivo Circulante</u>						
Fornecedores	990	-	990	754	-	754
Debêntures e arrendamento mercantil	23.236	2.753	25.989	22.860	-	22.860
Obrigações Sociais e Trabalhistas	539	-	539	601	-	601
Tributos	4.013	-	4.013	4.314	-	4.314
Encargos Setoriais	2.812	-	2.812	2.284	-	2.284
Contribuições e Encargos Regulatórios Diferidos	-	2.740	2.740	-	-	-
Dividendos Declarados e Juros Sobre Capital Próprio	16.788	-	16.788	-	-	-
Outros Passivos Circulantes	1.093	(995)	98	1.226	(1.205)	21
<u>Passivo Não Circulante</u>						
Fornecedores	-	-	-	-	-	-
Debêntures e arrendamento mercantil	27.478	16.122	43.600	50.576	-	50.576
Provisão para Litígios	7	-	7	-	-	-
Tributos Diferidos	826	47.949	48.775	824	39.303	40.127
Contribuições e Encargos Regulatórios Diferidos	-	17.366	17.366	-	17.585	17.585
Outros Passivos Não Circulantes	1.051	(1.051)	-	902	(902)	-
Total do Passivo	78.833	84.884	163.717	84.341	54.781	139.122
Patrimônio Líquido						
Capital Social	120.555	-	120.555	116.130	-	116.130
Reserva legal	24.111	-	24.111	23.226	-	23.226
Reserva especial para incentivos fiscais	6.707	-	6.707	4.425	-	4.425
Reserva de retenção de lucros	89.661	-	89.661	94.662	-	94.662
Proposta de Distribuição de Dividendos Adicionais	50.364	-	50.364	23.652	-	23.652
Dividendos Societários Distribuídos	(194.405)	194.405	-	(155.837)	155.837	-
Total do Patrimônio Líquido	96.993	194.405	291.398	106.258	155.837	262.095
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	175.826	279.289	455.115	190.599	210.618	401.217

ETEP - Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

	31/12/2019			31/12/2018		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Operações						
Receita / Ingresso						
Disponibilização do Sistema de Transmissão	53.039	(53.039)	-	53.800	(53.800)	-
Receita de Operação e Manutenção	-	29.404	29.404	-	9.025	9.025
Receita de Implantação de Infraestrutura	-	30.273	30.273	-	-	-
Receita de Remuneração dos Ativos da Concessão	-	31.407	31.407	-	66.506	66.506
(-) Parcela Variável	(211)	-	(211)	(134)	-	(134)
Tributos						
PIS-PASEP	(343)	(247)	(590)	(350)	(142)	(492)
Cofins	(1.584)	(1.138)	(2.722)	(1.616)	(655)	(2.271)
Encargos - Parcela "A"						
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(488)	-	(488)	(486)	-	(486)
Reserva Global de Reversão - RGR	(1.374)	(985)	(2.359)	(1.395)	(569)	(1.964)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE	(211)	(152)	(363)	(215)	(87)	(302)
Receita Líquida / Ingresso Líquido	48.828	35.523	84.351	49.604	20.278	69.882
Resultado Antes dos Custos Gerenciáveis	48.828	35.523	84.351	49.604	20.278	69.882
Custos Gerenciáveis - Parcela "B"						
Pessoal e Administradores	(3.310)	-	(3.310)	(3.999)	-	(3.999)
Material	(202)	(1.970)	(2.170)	(120)	(229)	(349)
Serviços de Terceiros	(2.572)	-	(2.572)	(2.475)	-	(2.475)
Arrendamento e Aluguéis	(2.993)	1.299	(1.694)	(2.804)	-	(2.804)
Seguros	(11)	-	(11)	(13)	-	(13)
Doações, Contribuições e Subvenções	(90)	-	(90)	(282)	-	(282)
Provisões	(7)	-	(7)	-	-	-
Tributos	(148)	-	(148)	(79)	-	(79)
Depreciação e Amortização	(4.372)	4.212	(160)	(4.378)	4.240	(138)
Outras Despesas Operacionais	-	-	-	-	-	-
Resultado da Atividade	35.123	39.064	74.189	35.454	24.289	59.743
Equivalência Patrimonial Resultado Financeiro	8.626	11.520	20.146	6.123	4.109	10.232
Despesas Financeiras	(4.629)	(3.371)	(8.000)	(4.362)	-	(4.362)
Receitas Financeiras	541	-	541	519	-	519
Resultado Antes dos Impostos Sobre o Lucro	39.661	47.213	86.876	37.734	28.398	66.132
Despesa com Impostos sobre o Lucro	(3.486)	(8.646)	(12.131)	(2.378)	(6.194)	(8.572)
Resultado Líquido do Exercício	36.175	38.568	74.745	35.356	22.204	57.560

ETEP - Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e a regulatória.

14.1. Efeitos de contabilização de contratos de concessão

Conforme previsto no contrato de concessão, a Companhia atua como prestador de serviço. A Companhia implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão. O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. A Companhia constroi, opera e mantém a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão. A Companhia deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes e CPC 48 - Instrumentos Financeiros. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente.

14.1.1. Concessionárias e permissionárias

A atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão tem início após o término da fase de construção e entrada em operação da mesma.

O reconhecimento do contas a receber origina-se somente depois que a obrigação de desempenho de operação e manutenção é concluída mensalmente. De forma que este valores a receber, registrados na rubrica "Contas a receber de clientes", passaram a ser considerados ativo financeiro a custo amortizado.

ETEP - Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

14.1.2. Ativo contratual da concessão

A Companhia foi classificada dentro do modelo de ativo contratual, a partir de 1º de janeiro de 2018, conforme adoção do CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

O valor do ativo contratual é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que a Companhia recebe pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. Este fluxo de recebimentos é (i) remunerado pela taxa que representa o componente de financiamento, estabelecida no início de cada projeto de 11% a.a.; e (ii) atualizado pelo IGPM.

Assim, a contrapartida pelos serviços de implementação da infraestrutura efetuados nos ativos da concessão a partir de 1º de janeiro de 2018 passaram a ser registrados na rubrica "Ativo contratual da concessão", como um ativo contratual, por terem o direito a contraprestação ainda condicionados a satisfação de outra obrigação de desempenho.

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras relacionadas à formação deste ativo através dos gastos incorridos.

As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento de Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS cumulativos e encargos regulatórios - RGR e TFSEE registrados na conta "Contribuições e encargos regulatórios diferidos" no passivo não circulante.

ETEP - Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

14.1.3. Custo de Infraestrutura

O custo da infraestrutura é uma parte importante da fórmula para definição da tarifa a ser cobrada pela Companhia, nos termos do Contrato de Concessão. As regras para definição da infraestrutura remunerada através da tarifa e sua mensuração são estabelecidas pelo Poder Concedente e passíveis de julgamento, e não necessariamente estão alinhadas com práticas contábeis adotadas no Brasil. Essas regras regulatórias podem levar ao registro como infraestrutura gastos que, eventualmente, não poderiam ser classificados como tal de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, ou não considerar gastos capitalizados de acordo com essas práticas contábeis, quando dos processos tarifários.

14.1.4. Arrendamentos

O CPC 06 (R2) – Arrendamentos, substituindo o CPC 06 (R1) – Operações de arrendamento mercantil e correspondentes interpretações. A norma estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06 (R1), ou seja, reconheça ativos representando o direito de uso e passivos para todos os contratos de arrendamento, a menos que o prazo do contrato seja inferior a doze meses ou o valor do ativo objeto do arrendamento tenha valor não significativo. Para o arrendador, a contabilização continuará segregada entre operacional e financeiro. O CPC 06 (R2) também exige que os arrendatários e os arrendadores façam divulgações mais abrangentes do que as previstas no CPC 06 (R1).

Até que seja feita uma análise pelo órgão regulador, e posteriormente a sua recomendação, os efeitos das alterações contábeis advindas da aplicação do CPC 06 (R2) – Arrendamentos não serão refletidas para fins regulatório.

ETEP - Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

14.2. Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	31/12/2019	31/12/2018
Saldo do patrimônio líquido conforme contabilidade societária	291.398	262.095
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Ativo contratual da concessão (CPC 47)	(281.335)	(212.725)
Arrendamento Mercantil (CPC 06)	18.875	-
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	68.055	56.888
Saldo do patrimônio líquido contabilidade regulatória	96.993	106.258

14.3. Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	31/12/2019	31/12/2018
Lucro (prejuízo) líquido conforme contabilidade societária	74.745	57.560
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Ativo contratual da concessão (CPC 47)	(47.216)	(28.398)
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	8.646	6.194
Lucro (prejuízo) líquido regulatório	36.175	35.356